Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP - SEÇÃO SINDICAL

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

ANDES SINDICATO NACIONAL
POR EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS

BASE

Diretoria da ADUFOP convoca docentes para Assembleia Geral

A Diretoria da ADUFOP convoca os docentes para Assembleia Geral, dia 03 de novembro, terça-feira, às 10h, no auditório do ICEB, campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto.

Os principais assuntos a serem discutidos serão: previdência; PEC Emergencial (PEC 186/2019) – Possibilidade de Redução Salarial; Eleição dos delegados e observadores para o 39º Congresso do Andes a realizar-se na cidade de São Paulo –SP de 04 a 08 de fevereiro de 2020; Estabelecimento de Comissões de Mobilização.

Além dos pontos da pauta, a Assembleia irá discutir a possível Proposta de Emenda Parlamentar que propõe retirar a exigência da dedicação exclusiva no ensino superior federal, o que afeta diretamente os professores das universidades. De acordo com matéria publicada pelo Jornal Estadão nesta terça-feira (26), a comissão da Câmara dos Deputados que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação (MEC) pretende apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. Na lista de propostas gestadas pelo grupo consta a de retirar a exigência de dedicação exclusiva de docentes das instituições federais de ensino superior. Além de permitir a contratação dos professores para o desenvolvimento de projetos para o mercado, há o plano de estabelecer, por meio de lei, que 10% dos recursos obtidos por professores na iniciativa privada sejam repassados à universidade federal.

É de extrema importância a sua participação. As universidades federais e a categoria docente estão em risco: cortes orçamentários, ameaça de privatização, perseguição ao pensamento crítico, nomeações autoritárias de reitores, retirada da dedicação exclusiva dos professores federais… Participe da Assembleia Geral ADUFOP e ajude a construir um movimento forte e coletivo de resistência.

CONVOCAÇÃO:

Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP - SEÇÃO SINDICAL

ASSEMBLEIA GERAL ADUFOP

A diretoria da **ADUFOP - S.SIND.** convoca os docentes para **Assembleia Geral**, dia 03 de dezembro, terça-feira, às 10h, **no auditório do ICEB,** campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto.

PAUTA:

1. Informes gerais;
2. Previdência;
3. PEC Emergencial (PEC 186/2019) – Possibilidade de Redução Salarial;
4. Eleição dos delegados e observadores ao 39º Congresso do Andes a realizar-se na cidade de São Paulo –SP de 04 a 08 de fevereiro de 2020;
5. Estabelecimento de Comissões de Mobilização;
6. Encaminhamentos.

BASE

Debate Desmonte da Educação Pública, realizado pela ADUFOP, apresentou histórico dos ataques e os mais recentes projetos contra a educação

A ADUFOP realizou o Debate: Desmonte da Educação Pública na última terça-feira (26), 15 horas, no auditório do Instituto de Ciências Biológicas e Exatas (ICEB), no campus Morro do Cruzeiro. Compuseram a mesa as professoras Qelli Viviane Dias Rocha,1ª Vice Presidente do ANDES-SN e Marina Barbosa Pinto, Presidente da Associação dos Docentes de Juiz de Fora (APES) - Seção Sindical do ANDES-SN. A mediação foi feita pela Professora Kathiuça Bertollo, 1ª tesoureira da ADUFOP. A atividade foi realizada em comemoração aos 37 anos da ADUFOP, completados no dia 4 de novembro.

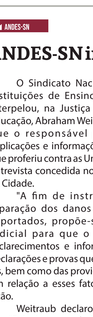
A professora Marina Barbosa iniciou o debate com um panorama histórico do desmonte da educação e das lutas da categoria. Para a presidente da APES, no Brasil, o Estado foi fundamental para garantir o processo de acomodação. A consequência principal é que não se processaram tarefas fundamentais de ruptura com a ordem anterior. Uma mais clássica, a reforma agrária. E outra tarefa que não se estabeleceu foi a revolução educacional.

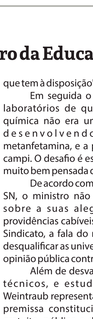
Também ressaltou a importância das lutas da classe trabalhadora que, infelizmente, não conseguiram traduzir as lutas e conquistas para o processo de democratização geral da sociedade e na sociedade brasileira. Concluiu explicando que o Brasil está experimento um projeto que busca destruir a educação pública, impondo um processo de privatização. Como exemplo, ela citou a reforma administrativa, que se relaciona diretamente com as universidades porque destrói o conceito de serviço público. Segundo Marina: "Ao destruir esse conceito, ela destrói as universidades públicas no seu conceito fundamental que é de ente público ao serviço de gerir conhecimento, gestar conhecimento, gestar a relação com a comunidade através da extensão e junto com isso, produzir novos trabalhadores, novos profissionais, novos sujeitos com capacidade de intervir no mercado de trabalho criticamente e produzindo condições de resolver os problemas da sociedade brasileira".

A professora Qelli Dias apresentou os mais recentes projetos que atacam a educação pública. Para ela, desde o impedimento de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, houve um avanço significativo do projeto do capital para a educação. Mas os ataques não são novos. "Desde 1990, é possível observar a ofensiva neoliberal que se expressou em diferentes governos e na intervenção ativa de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura e a Organização Mundial do Comércio). (...) Os ataques do capital contra a educação não cessaram durante os governos de conciliação de classe. Vale lembrar que o Plano Nacional de Educação fez inúmeras concessões ao grande capital".

A vice presidente do ANDES-SN refletiu junto aos participantes do debate de como que a sociedade brasileira chegou nesse patamar de ultraconservadorismo, nessa naturalização da barbárie e de como o projeto de "satanização" da universidade tem sido naturalizado pela população de um modo geral, inclusive por alguns professores.

Qelli também contextualizou que os ataques de modo geral, na atualidade, não têm sido perpassados diretamente por uma espécie de governança dada a partir do trâmite legal (Câmara dos Deputados, Senado e Presidência). Têm sido orientados a partir de uma perspectiva de implementação de decretos e medidas provisórias. Entre elas a MP 873, que incidia sobre as organizações sindicais, que tem conseguido até o momento, defender a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Além da MP 873, ela também citou: o decreto 9991, de licenças e afastamento do servidor público; o decreto 9725 que extinguiu cargos e funções de coordenação nas universidades e os decretos 9756 e 9749, sobre o processo de manutenção da democracia interna dentro das universidades. Dessa forma, esse conjunto de leis tem dado substrato para implementação de forma indireta daquilo que os sindicatos têm lutado para não ser implementado nas universidades, como o Programa Future-se.





Na primeira foto, da esquerda para direita, professora Qelli Dias, professora Kathiuça Bertollo, professora Marina Barbosa. Na segunda foto, professores da UFOP e do IFMG com as palestrantes no Debate Desmonte da Educação Pública - Larissa Lana/ADUFOP

ANDES-SN

ANDES-SN interpela Ministro da Educação na justiça

O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) interpelou, na Justiça Federal, o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A entidade cobra que o responsável pelo MEC apresente explicações e informações sobre as declarações que proferiu contra as Universidades Federais, em entrevista concedida no último dia 22, ao Jornal da Cidade.

"A fim de instruir possível ação de reparação dos danos morais coletivamente suportados, propõe-se a presente medida judicial para que o Requerido preste os esclarecimentos e informações acerca de suas declarações e provas que se utilizou para ampará-las, bem como das providências por ele adotadas em relação a esses fatos", alega a entidade na Ação.

Weitraub declarou ao portal de notícias que "Foi criada uma falácia que as Universidades Federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino... Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas em algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda a tecnologia que tem à disposição".

Em seguida o Ministro falou: "Você pega laboratórios de química, uma faculdade de química não era um centro de doutrinação... desenvolvendo drogas sintéticas, metanfetamina, e a polícia não pode entrar nos campi. O desafio é esse. Foi criada uma estrutura muito bem pensada durante muito tempo".

De acordo com a argumentação do ANDES-SN, o ministro não apresenta qualquer prova sobre a suas alegações muito menos as providências cabíveis adotadas pelo MEC. Para o Sindicato, a fala do ministro tem a intenção de desqualificar as universidades federais e colocar a opinião pública contra as instituições.

Além de desvalorizar docentes, servidores técnicos, e estudantes, as acusações de Weintraub representam "um ataque infundado à premissa constitucional de oferta de ensino gratuito, público e de qualidade, em relação às quais deve guardar o mais restrito respeito. Com essa conduta alarmante o Requerido tem a volição de manipular a opinião pública contra as Universidades Públicas, causando prejuízos a honra e a moral coletiva de toda comunidade universitária", afirma o Sindicato Nacional.

Confira a peça jurídica no site da ADUFOP.

Fonte: ANDES-SN

ANDES-SN

ANDES-SN disponibiliza calculadora para professor computar perdas com a reforma da Previdência

O ANDES Sindicato Nacional lançou uma nova ferramenta para que professoras e professores de todo o país possam ter ciência de alguns dos impactos com a aprovação da nova Previdência Social.

Além do desmonte de vários direitos e da defasagem nas remunerações, os docentes sentirão ainda mais a usurpação dos salários com o novo regime previdenciário.

Um desses impactos é a incidência sobre a alíquota de desconto previdenciário, que passa dos 11% para 14,5% a 22% para aqueles que recebem acima do teto do INSS.

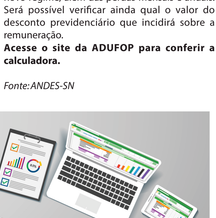
Na ferramenta disponibilizada pelo ANDES-SN será possível fazer um comparativo de quanto os docentes pagavam com o regime previdenciário anterior e quanto vão pagar no novo regime, além das perdas mensais e anuais. Será possível verificar ainda qual o valor do desconto previdenciário que incidirá sobre a remuneração.

Acesse o site da ADUFOP para conferir a calculadora.

Fonte: ANDES-SN

PROFESSOR(A),
você sabe exatamente quanto *vai perder* com a Reforma da Previdência?

O ANDES-SN te ajuda a calcular



Participe das Assembleias de sua seção sindical e lute conosco contra esta Reforma!

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS
Adufop ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP - SEÇÃO SINDICAL

EXPEDIENTE
Diretoria Gestão 2018-2020
Presidente: André Mayer
Vice-Presidente: Rodrigo Martuzi
1ª Secretária: Cristina Maia
2ª Secretária: Amanda Nascimento
1º Tesoureiro: Kathiuça Bertollo
2º Tesoureiro: Joaquim Toledo

Tel: (31) 3551-5247 | adufop.comunicacao@gmail.com
R. Antônio José Ramos, 65 - Bauxita, Ouro Preto - MG
Jornalista: Larissa Lana - MTB 0021187/MG